



DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026

## EDITAL AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

### COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL ([ART. 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021](#))

#### PRÉAMBULO

O Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 95.990.131/0001-70, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO:

#### I. Base legal:

- a) Lei nº 14.133/2021, art. 75, II
- b) Decreto Municipal nº 401/2023, art. 05

II- Processo Administrativo nº 53/2026

III- Dispensa eletrônica nº 34/2026.

IV - INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 13/03/2026, HORÁRIO: 08:30min.

V - FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 18/03/2026, HORÁRIO: 08h30min.

VI - A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO SITE: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

NO DIA 18/03/2026, FASE DE LANCES COM INÍCIO ÀS 08h31min ATÉ ÀS 15h31min,  
HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

VII - Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem  
propostas no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) , nos termos a seguir:

#### 2) OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de cortinas sob medida, já instaladas, incluindo o fornecimento de materiais, a serem destinadas às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Itaberaba, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Cotação Maxima
1	TOALHA DE LAVABO CONFECCIONADA EM 100% ALGODÃO, POSSUIR GRAMATURA DE 260 G/M², POSSUIR MEDIDAS MÍNIMAS DE 21CM POR 38CM E	100	UNIDADE	R\$7,47	R\$ 747,00



DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026

	NO MÁXIMO DE 30CM POR 50CM, IDEAL PARA CARREGAR NA BOLSA				
2	ESPELHO DE MÃO REDONDO COM ESCOVA DE CABELO INTEGRADA EM PEÇA ÚNICA (MODELO 2 EM 1), POSSUIR MEDIDAS 10CM POR 10CM, FORMATO COMPACTO E LEVE.	100	UNIDADE	R\$10,17	R\$ 1.017,00
<b>Total Geral:</b>				R\$17,64	R\$ 1.764,00

## 2) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

I- Menor preço- ITEM

II- VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO

## 3) JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

I. Para estimativa do **valor de referência**, foi definido **menor médio**, com base em orçamentos pesquisados na região, conforme abaixo:

**Orçamento 01: R\$ 650,00 (toalhas de bolsa) / R\$ 1.500 (espelho de mão com escova)**

**Orçamento 02: R\$ 890,00 (toalhas de bolsa) / R\$ 650,00 (espelho de mão com escova)**

**Orçamento 03: R\$ 899,00 (somente espelho de mão com escova)**

**Orçamento 04: R\$ 700,00 (somente as toalhas de bolsa)**

**Valor Total Estimado:**

**ITEM 01: R\$ 747,00 (toalhas de bolsa)**

**ITEM 02: R\$ 1.017,00 (espelho de mão com escova)**

## 4) EXECUÇÃO DO OBJETO

I) Após a formalização do contrato ou instrumento equivalente, a empresa contratada deverá entregar os objetos de acordo com todas as condições estabelecidas no termo de referência (anexo I), e em conformidade a nota de empenho/ordem de serviço.



**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026**

## **5) PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

A entrega, deverá ocorrer junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Rua José Marocco, Centro, Município de Nova Itaberaba/SC.

No prazo de até o dia 08/04/2026 em horário comercial, entre as 07:30hrs as 11:30hrs e entre as 13hrs as 17hrs.

## **6) REGRAS DE PARTICIPAÇÃO**

I - O fornecedor concorda com todos os termos deste aviso de contratação direta;

II - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de qualquer ato;

III - O fornecedor interessado encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, com a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos neste aviso;

IV - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam o fornecedor;

V - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

VI - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

VII - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

VIII - Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente;

IX - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, em como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

X - O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da ata de sua apresentação.

## **7) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP**

I - Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:



DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

II - A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

III - A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

IV - A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)<sup>1</sup>.

## 8) HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

- a) Regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- f) Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- g) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;
- h) Declaração sobre: Unificada
  - i) INEXISTÊNCIA de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
  - ii) Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#);
  - iii) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
  - iv) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#), se couber; e
  - v) CUMPRIMENTO do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#) – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- i) HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):
  - II) Comprovação da existência jurídica da pessoa, como: Estatuto ou contrato social.

## 9) ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026**

I - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos eventuais recursos administrativos, o processo de contratação direta será encaminhado à autoridade superior para aplicação do art. 71 da Lei nº 14.133/2021

## **10) CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

1) Ocorrendo a adjudicação do objeto e homologado o processo de contratação, caso se conclua pela contratação, será emitido instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, será formalizada Ordem de Compra.

1.1) II - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

a) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo Município;

b) O aceite de instrumento equivalente a Ordem de Compra o implica o reconhecimento de que:

I) Aplica-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

II) O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

III) O contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.

## **11) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1) O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
**Administrativo**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026****

- X -** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI -** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII -** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

**2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:**

<b>I -</b>	Advertência ( <a href="#">art. 156, § 2º</a> ).	I  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave  Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa ( <a href="#">art. 156, § 7º</a> ).
<b>II -</b>	Multa de 10%	Qualquer infração ( <a href="#">art. 156, § 3º</a> )
<b>III -</b>	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Itaberaba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos ( <a href="#">art. 156, § 4º</a> ).	II  III  IV  V  VI  VII  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.  Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa ( <a href="#">art. 156, § 7º</a> ).
<b>IV -</b>	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos ( <a href="#">art. 156, § 5º</a> ).	VIII  IX  X  XI  XII



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
**Administrativo**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026**

		Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa ( <a href="#">art. 156, § 7º</a> ).
--	--	---

**3) Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):**

- I -** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II -** As peculiaridades do caso concreto;
- III -** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV -** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V -** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**4) Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):**

- I -** Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II -** Incisos III e IV do item 1:
  - a)** Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
  - b)** O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
  - c)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
  - d)** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
  - e)** A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
  - f)** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
    - i)** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
    - ii)** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;
    - iii)** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse**



**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026****

valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6)** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**7)** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**8)** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**9)** A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**10)** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a **multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2** ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**10.1)** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

**11)** É admitida a reabilitação do contratado perante o Município de Nova Itaberaba, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)).

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.



**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026**

**11.1)** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

## **12) DISPOSIÇÕES FINAIS**

**1)** Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a dispensa de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

- I - Página do Município de Nova Itaberaba (<https://novaitaberaba.sc.gov.br/>);
- II - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

**2)** Também deve ser divulgado no meios de divulgação “I”, **em até 10 dias úteis a partir da data da Ordem de compra.**

**3)** As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Pinhalzinho-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Nova Itaberaba, 12 de março de 2026.

---

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal



DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026

## ANEXO I – TR-TERMO DE REFERENCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para fornecimento de toalha de lavabo confeccionada em 100% algodão, possuir gramatura de 260 g/m<sup>2</sup>, possuir medidas mínimas de 21cm por 38cm e no máximo de 30cm por 50cm, ideal para carregar na bolsa e o espelho de mão redondo com escova de cabelo integrada em peça única (modelo 2 em 1), possuir medidas 10cm por 10cm, formato compacto e leve.

#### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de **toalhas de lavabo e escovas de cabelo portáteis** que serão utilizadas e posteriormente entregues às mulheres participantes do **Grupo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**, no âmbito das atividades socioassistenciais desenvolvidas pela equipe técnica.

Os grupos do PAIF têm como finalidade promover o **fortalecimento de vínculos familiares e comunitários**, bem como estimular processos de reflexão, convivência, autonomia e desenvolvimento pessoal dos participantes. Nesse contexto, as atividades voltadas ao público feminino buscam também trabalhar aspectos relacionados ao **autocuidado, valorização pessoal, fortalecimento da autoestima e reconhecimento do próprio valor**, elementos importantes para o bem-estar emocional e social das mulheres atendidas.

A próxima atividade planejada com o grupo terá como temática o **autocuidado e o fortalecimento da autoestima feminina**, abordando a importância de reservar momentos para cuidado pessoal, valorização da própria imagem e promoção do bem-estar. Durante o desenvolvimento da atividade serão realizadas dinâmicas e reflexões que dialogam com esses temas, utilizando os itens como instrumentos de apoio pedagógico.

Assim, as **toalhas de lavabo e escovas de cabelo portáteis** serão utilizadas durante as atividades como forma de simbolizar e incentivar práticas de autocuidado no cotidiano. Ao final do encontro, os itens serão entregues às participantes como forma de **reforçar a mensagem trabalhada na**



**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026**

**atividade**, além de proporcionar um recurso simples, porém significativo, que contribua para o cuidado pessoal e para a valorização de si mesmas.

Dessa forma, a aquisição dos itens se mostra pertinente por **apoiar metodologicamente as ações socioeducativas do PAIF**, contribuindo para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do protagonismo das mulheres atendidas pelo serviço.

### **3. ESTIMATIVA DE VALOR**

Foram realizadas cotações com quatro fornecedores da região:

Orçamento 01: R\$ 650,00 (toalhas de bolsa) / R\$ 1.500 (espelho de mão com escova)

Orçamento 02: R\$ 890,00 (toalhas de bolsa) / R\$ 650,00 (espelho de mão com escova)

Orçamento 03: R\$ 899,00 (somente espelho de mão com escova)

Orçamento 04: R\$ 700,00 (somente as toalhas de bolsa)

**Valor Total Estimado:**

**ITEM 01: R\$ 747,00 (toalhas de bolsa)**

**ITEM 02: R\$ 1.017,00 (espelho de mão com escova)**

O valor estimado será pelo VALOR MÉDIO dos preços obtidos junto a da região, demonstrando compatibilidade com o mercado local e regional, atendendo ao princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

### **4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS**

A presente contratação inclui, os custos para a realização da entrega dos itens, impostos e encargos sociais.

A empresa contratada deverá fornecer os itens conforme as especificações mínimas abaixo:

**4.1 Toalha de lavabo** confeccionada em 100% algodão, possuir gramatura de 260 g/m<sup>2</sup>, possuir medidas mínimas de 21cm por 38cm e no máximo de 30cm por 50cm, ideal para carregar na bolsa.

**4.2 Espelho de mão redondo com escova de cabelo integrada em peça única** (modelo 2 em 1), possuir medidas 10cm por 10cm, formato compacto e leve.

### **5. DO LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A entrega, deverá ocorrer junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Rua José Marocco, Centro, Município de Nova Itaberaba/SC.

No prazo de até o dia 08/04/2026 em horário comercial, entre as 07:30hrs as 11:30hrs e entre as 13hrs as 17hrs.

### **6. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**



**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026**

O pagamento será efetuado da seguinte forma: em até 30 (trinta) dias após a prestação/execução dos serviços mediante assinatura do responsável confirmando o aceite, na nota fiscal/fatura e respectiva liquidação, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital. E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo. O pagamento será efetuado diretamente à contratada, através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta administração pública municipal ou boleto bancário.

Os itens deverão atender a todas as características estabelecidas no edital. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os produtos, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável confirmando o aceite, na nota fiscal.

#### **7. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

A contratada deverá disponibilizar um responsável para acompanhar todas as etapas do serviço.

Pontualidade e funcionamento: todos os produtos deverão ser entregues conforme solicitação.

Responsabilidade por danos: a contratada deverá assumir total responsabilidade por quaisquer danos, multas ou prejuízos causados a terceiros durante a entrega dos itens, desde que seja comprovada sua responsabilidade.

#### **8. DA GARANTIA E REPARAÇÕES DOS SERVIÇOS EXECUTADOS**

A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos itens porventura executados incompatíveis com as especificações do edital, no prazo máximo que antecede a data limite de entrega, sem ônus para o município.

#### **9. DO FISCAL**

A fiscalização da conferência dos produtos ficará a cargo do Secretário de Assistência Social e Habitação: Luan Maciel.

#### **10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções deverão ser aplicadas conforme condições prevista em edital, Lei nº14.133/2021 e também regulamento específico do município de Nova Itaberaba.

#### **11. MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

Deverá ser adotada a modalidade de Dispensa Eletrônica, conforme disposto pelo: Art. 75º, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

#### **12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Conta bancária: 95504 / fonte 266070000002 PAIF

Nova Itaberaba, 12 de março de 2026



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
Administrativo

**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS (ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)-**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026**

Luan Maciel  
Secretário Municipal

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº xx/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
OPTANTE PELO SIMPLES? ( ) SIM ( ) NÃO						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL			
TELEFONE:						
CONTATO DA LICITANTE			TELEFONE:			
NOME DO RESPONSÁVEL:						
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGENCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$</b>

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1- ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2- VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3- PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4- QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5- QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS ITENS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NO ENDEREÇO CONSTANTE NA OS/OF, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

**LOCAL E DATA**



DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026

**CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL**

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

**ANEXO III DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO - MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

(NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ: XXX, com sede na cidade de XXXXX, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) XXXXX, infra-assinado, portador(a) do CPF nº XXX, para fins de participação na Dispensa de Licitação do Processo Licitatório em questão, DECLARA que:

Declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

- a) INEXISTÊNCIA de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;
- c) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
- d) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e
- e) CUMPRIMENTO do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**Declaro que o referido é verdade sob as penas do art. 299 do Código Penal.**

(LOCAL), (DATA)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**  
*Administrativo*

---

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **COMPRAS E SERVIÇOS** ([ART. 75, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021](#))-  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2026

---

(EMPRESA – CNPJ)  
Responsável pela empresa